

-----ATA N.º 2/2023 -----

-----Aos vinte e oito dias, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona.-----

-----Em virtude da Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva ter faltado a esta sessão, foi convidado para a Mesa, o Senhor Deputado Joaquim Lopes de Abreu.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pelo Senhor Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques e pelo Senhor Deputado Joaquim Lopes de Abreu na qualidade de primeiro e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente, e a quem seguia a transmissão *online* desta sessão.-----

-----De seguida, deu conhecimento que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou, via correio eletrónico, datado de dezanove de abril de dois mil e vinte e três, com registo de entrada número trinta e nove, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias vinte e um de abril e cinco de maio, tendo solicitado a sua substituição. Nesse sentido, e nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Deputada Ana Cristina Dias Pires.-----

-----Informou que, a Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva comunicou via correio eletrónico, datado de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, com registo de entrada número quarenta e dois, que

iria estar ausente no período compreendido entre os dias vinte e oito de abril e dois de maio, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Ana Rita Cardoso dos Santos.-----

-----Por fim, informou que a Senhora Deputada Ana Cláudia Rodrigues Marques, veio renunciar ao cargo de Deputada Municipal, por requerimento datado de dezasseis de março de dois mil e vinte e três. Comunicou que tendo o pedido de renúncia efeitos imediatos, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, Senhora Isabel Maria Moura Seixo Cunha, para assumir funções como Deputada Municipal e estar presente nesta sessão. -

-----Depois de verificada a identidade e legitimidade da Senhora Isabel Maria Moura Seixo Cunha considerou-se a mesma, sob juramento, empossada nas suas funções de Deputada Municipal.-----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----José Miguel Neves Figueiredo; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena; -----

-----Ana Rita Cardoso dos Santos, em substituição da Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva;-----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha;-----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral;-----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----

-----Isabel Maria Moura Seixo Cunha;-----

-----Ana Cristina Dias Pires, em substituição da Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos;-----

-----Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva;-----

-----José Jorge Silva;-----

-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----  
-----António Santos;-----  
-----Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----  
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;-----  
-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----  
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro;-----  
-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----  
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----  
-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----  
-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----  
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----  
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----  
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----  
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----  
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----  
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----  
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego.-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado no prazo estabelecido, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Senhores:-----

-----José Miguel Neves Figueiredo;-----

-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro.-----

-----**FALTA INJUSTIFICADA – SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**-----

-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”.-----

-----Esteve presente nesta sessão, a munícipe Ana da Conceição Marques Martins Dias para dizer que marcou presença na anterior sessão

da Assembleia Municipal, para solicitar que lhe resolvessem o problema do ruído insuportável, provocado pelo equipamento da fibra ótica, que se encontra junto à sua habitação. Dado que, até ao momento, nada foi feito, reforçou o seu apelo para que a situação fosse solucionada brevemente.----

-----Disse, ainda, que a rede do ar condicionado do Centro Cultural está ferrugenta e com a força do vento é aberta constantemente provocando barulho, necessitando de ser reparada. -----

-----Sobre o assunto e após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** adiantou que na anterior Assembleia Municipal, após a D.<sup>a</sup> Ana ter exposto o seu problema, mostrou a sua solidariedade deslocando-se logo, no dia seguinte, ao local, onde constatou os factos relatados. Porém, essas obras não são da responsabilidade do Município, ainda assim contactaram a empresa e os engenheiros responsáveis que se disponibilizaram para tentar encontrar uma solução. No entanto, nem tudo tem a celeridade desejada, sobretudo quando a responsabilidade é de terceiros. -----

-----Nessa sequência, passou a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Abreu, Secretário da Vereação, para um esclarecimento sobre o assunto.---

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** esclareceu que, de facto, no dia seguinte à exposição da munícipe, o Senhor Presidente da Câmara deslocou-se ao local, acompanhado por si e pelo Eng.º do Gabinete Eletrotécnico do Município, o que originou uma comunicação escrita para a empresa Dstelecom, para analisar a situação e propor uma solução, estando-se no momento a aguardar uma resposta. Este não é um caso que possa ser resolvido de um dia para o outro, até porque o Município não pode atuar na obra, uma vez que é da responsabilidade da empresa, mas vão até à última consequência para resolver o problema. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o compromisso é encontrar uma resposta para o problema, pois acredita que sobretudo, à noite o ruído seja incomodativo. Como já foi referido, a situação já foi formalmente comunicada à empresa responsável e esperam obter brevemente uma resposta. Em último caso será o Município a resolver o problema.-----

-----Quanto à rede ferrugenta do ar condicionado, deixou, também, o compromisso de que irá ser intervencionada.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na Comissão Permanente realizada na Freguesia da Lageosa do Mondego, onde foram recebidos pelos elementos da Junta de Freguesia. Adiantou, ainda, que esta reunião foi a última no âmbito da descentralização a que se propuseram, constatando que não teve uma grande adesão do público. Ainda assim, tomaram a decisão de continuar com estas reuniões descentralizadas e solicitou a colaboração do Senhor Presidente da União de Freguesias de Celorico (S. Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego para que indique uma das localidades anexas para a realização da próxima reunião da Comissão Permanente. Comunicou, ainda, que haverá, também, um reforço na divulgação destas reuniões, através de editais, reforçando-se a distribuição dos mesmos e, também, a promoção na página do *facebook* do Município.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares**, Filipe Miguel Rosa Guerra, recordou o problema da falta de água do ano

transato, sendo que a sua Freguesia foi a mais sacrificada. Esta situação já se arrasta há um ano e é preocupante, causando transtorno aos seus fregueses e ao Executivo da Junta de Freguesia que tem de ouvir as críticas, mais que justas, por não terem água todos os dias nas devidas condições. Nesse caso e considerando que estão novamente a entrar numa fase crítica, solicitou ao Município para acelerar o processo, pois a Junta tem andado continuamente em cima do assunto verificando as leituras dos contadores. -----

-----Disse, ainda, que no início do presente mês enviou um *email* ao Senhor Presidente da Câmara que passou a ler e que a seguir se transcreve: -----

-----“Exmo. Senhor Presidente, -----

-----No seguimento da exposição em reunião de Câmara do dia 02 de novembro de 2022, onde tive a oportunidade de expor o problema da falta de água na localidade de Grichoso, Vale de Azares, venho novamente informar que o problema ainda se mantém. Se o Município não tomar medidas mais concretas na verdadeira deteção do problema e atendendo a que nos estamos a aproximar do verão iremos certamente passar pelo flagelo da falta de água, tal como aconteceu no ano passado. Para evidenciar esta situação apresento uma tabela com os respetivos dados de consumo na rede de abastecimento do Grichoso, onde se pode verificar os excessivos consumos diários. O problema existe e queremos que o Município o resolva.” -----

-----Continuou, dizendo, que anexou a este *email* uma tabela, feita pelo Executivo da Junta, com as leituras efetuadas em diversas horas do dia, no período diurno e noturno e, sobretudo, no período noturno é onde se evidenciam os gastos excessivos, período onde, supostamente não haveria consumo, contudo verifica-se uma média de consumo de mil e duzentos litros por hora. Por conseguinte, feitas as contas, estão a desperdiçar vinte mil litros de água por dia no Grichoso, de há um ano para cá. Este é um problema gravíssimo, ainda assim o que o tranquiliza minimamente é que

apesar de viveram o ano de maior seca, as captações de Vale de Azares são boas, sendo que o problema está no desperdício de água. Este inverno, efetivamente, choveu muito, mas no mês de abril, que é um mês típico de chuvas, praticamente não choveu e os terrenos começam a dar sinais de alguma seca. Portanto, o problema continua e preocupa-o chegar ao verão e ter de fechar a água em determinadas horas do dia. -----

-----De seguida, prosseguiu, na qualidade de empresário, no ramo da arquitetura e engenharia, há cerca de vinte anos neste Concelho, para mostrar a sua contestação relativamente à celebração de um contrato de adjudicação de um projeto do Município a uma empresa de arquitetura e engenharia de Celorico da Beira, acreditando que a sua empresa foi esquecida, não tendo tido a oportunidade de também apresentar uma proposta a um projeto de arquitetura e engenharia no valor de dezanove mil e quinhentos euros mais IVA. Também paga os seus impostos, tem funcionários e merecia ter tido essa oportunidade. -----

-----O Senhor **Deputado Francisco Cabral** referiu-se à importância do vinte e cinco de abril para o País, um dia que está na génese da democracia portuguesa, tendo sido o primeiro passo de uma longa caminhada que permitiu chegar onde se está atualmente. Mas o que existe no presente encontra-se ameaçado pelo crescimento da extrema-direita, tanto na Europa como em Portugal e as provas estão dadas, pois quem conhecer a história sabe que quando a direita cresce, acontecimentos tenebrosos assolam a Europa, os países e, por consequência, os cidadãos. Portanto, celebrar abril não pode ser só anualmente, tem de se celebrar todos os dias e impedir o crescimento das extremas. Tem de se celebrar abril com ações, com valores, dando liberdade para expressar opiniões diferentes, mas também têm de defender abril votando, legitimar governos sejam de que partido for, porque só um governo legitimado pode governar em democracia e impedir o crescimento das extremas. Têm, também, de dar liberdade aos jovens para poderem vir trabalhar para Celorico da Beira



e, nesse campo, cabe à Autarquia criar condições para isso. Sobretudo lembrar que foi abril que trouxe a democracia, a liberdade e têm de celebrar abril diariamente.-----

-----O Senhor **Deputado Carlos Cunha** começou por dizer que a sua intervenção prende-se com um sentimento de dever cumprido, pois mais uma vez o Executivo mostrou a todos os celoricenses o que é a boa gestão dos dinheiros públicos, o investimento eficaz, a possível captação de novas oportunidades económicas e também sociais. Mostrou a todos o que se deve fazer com o dinheiro dos contribuintes e com isso alavancou o Concelho a nível económico, financeiro, social, urbanístico, entre muitas outras valências que tem vindo a desenvolver e a trabalhar. Celorico da Beira, nos últimos cinco anos, encontra-se em desenvolvimento com provas à vista de todos. Em nome da bancada do PSD parabenizou o Executivo Municipal pelas várias obras e investimentos que desde a última Assembleia Municipal tem vindo a desenvolver e, até mesmo, a concluir, passando a citar o investimento na captação de novas empresas, tal como o Parque Industrial que está a ser intervencionado com vista à alteração e ampliação do mesmo, um investimento de setecentos e cinquenta mil euros, participado em oitenta e cinco por cento, que tem como objetivo promover o empreendedorismo, ajudar à fixação de empresas e captar novos investimentos, que são fundamentais para o desenvolvimento do território. Como podem constatar, uma dessas empresas situada no Parque Industrial, conta já com um projeto bastante avançado. Deixou, também, a nota sobre o investimento feito na educação referindo, para além da excelente obra realizada na Escola Sacadura Cabral, o investimento feito na Escola EB1 da Lageosa do Mondego, que conta com um investimento elegível de mais de trezentos e vinte e sete mil euros e com uma participação de oitenta e cinco por cento. Também, a aposta feita no ambiente e no turismo, existindo o compromisso de tornar a rede das Aldeias Históricas de Portugal, da qual Linhares da Beira faz parte, o

primeiro destino turístico português neutro em carbono. O investimento feito para solucionar o problema dos animais errantes do Concelho, com vista ao melhoramento da saúde pública, em que no dia vinte e dois de março foi inaugurado o Centro Intermunicipal de Recolha Oficial e Parque de Bem-Estar Animal São Francisco de Assis, com uma verba superior a duzentos mil euros, que tem capacidade para acolher cerca de uma centena de animais, tanto cães como gatos. Da mesma forma, no dia três de abril, a Piscina Municipal, encerrada desde dois mil e cinco, reabriu ao público, tal como no dia seis de março abriu o novo ginásio municipal no mesmo espaço. Tanto o exterior, como o interior sofreram várias obras de requalificação tornando o equipamento mais funcional, mais verde e económico na redução dos custos de energia. Um investimento na ordem dos oitocentos mil euros, financiado em mais de metade por fundos nacionais, dando assim uma resposta de maior qualidade aos utentes do Ginásio e da Piscina Municipal. -----

-----De seguida, mostrou uma pequena revolta que sente como jovem do Concelho, lendo a seguinte frase “Um imbecil há-de ser sempre um imbecil, um demagogo, demagogo.” Referindo-se, desta forma, a comentários depreciativos e de crítica sem noção da realidade, feitos através de teclados de computadores, de telemóveis e de boatos. Considera que este é o pior exemplo que muitas dessas pessoas podem dar aos jovens do Concelho. Há, efetivamente, pessoas que falam muitas vezes do que não sabem e tendencialmente dizem inverdades. Há outras, porém, que deliberadamente e de má-fé mentem com o único fim de alimentarem ambições pessoais e acreditando com isso poderem mais facilmente atingir os seus objetivos políticos. Assim, é a chamada demagogia. Esta observação vem a propósito de vários assuntos relacionados com a Autarquia, começando com a Piscina Municipal em que se falou muito de uma candidatura, no âmbito da eficiência energética, a qual nunca foi aprovada e que não seria capaz de responder às verdadeiras necessidades da Piscina Municipal. O investimento de dinheiros públicos que não produzam efeitos práticos são

sempre mal gastos, porque estão a falar do dinheiro dos contribuintes, que durante vários anos foi investido naquele espaço, em que nunca se retirou proveito do mesmo. De seguida, enumerou os valores gastos sem sucesso nas Piscinas Municipais ao longo de alguns anos de Governação Socialista, sem incluir as despesas correntes. Desde dois mil e sete até dois mil e quinze o Executivo Socialista gastou um total de duzentos e vinte e seis mil, doze euros e cinquenta e um cêntimos. Nesta sequência, questionou se é este o conceito de bom investimento e de uma boa gestão de que muitos falam. Estas situações nunca podem passar impunes, tal como as cinquenta empresas prometidas para o Parque Industrial, que nem sequer estava regulamentado, nem tinha condições para que uma empresa se fixasse. A colocação de uma pedra num terreno que nem sequer estava devidamente legalizado para o efeito e que nunca viu a célebre Clínica de Hemodiálise ser construída, algo inédito a nível nacional, pois conseguiram inaugurar uma pedra. O projeto CLDS2G que realizou obras em Casas de Soeiro, mas que nunca ninguém conseguiu perceber onde foi investido tanto dinheiro desse projeto e à conta disso não foi aprovado o CLDS3G. As múltiplas promessas de campanha com vista à reabertura das Piscinas Municipais que nunca se concretizaram. Os célebres boicotes a reuniões de Câmara para que o Executivo não exercesse o direito de preferência sobre o edifício que pertencia à Cooperativa Coceba, sendo que a única parte boa que alguém retirou dessa situação, foram os jantares que se proporcionaram no Concelho de Viseu, para definir a estratégia do boicote às reuniões. Assim sendo, conclui-se que Celorico da Beira andou no sentido contrário a nível nacional para o PS. Enquanto que a nível nacional tudo que o Governo faz mal tem um único culpado, de seu nome Passos Coelho, em Celorico da Beira tudo o que o Executivo Municipal do PSD faz bem é devido ao grande planeamento feito pelo PS local. -----

-----Prosseguiu, referindo que, como Presidente de uma Associação Juvenil, como Presidente de uma Juventude Partidária e, acima de tudo, como jovem do Concelho, os exemplos de política do “bota abaixo” e de

ambição desmedida não os quer para a sua geração. Os jovens querem, cada vez mais, acreditar na meritocracia, na união para a resolução dos problemas, no associativismo e na política. Apelou a todos para que tenham a consciência do problema que estão a deixar à presente geração e à geração vindoura, pois cada vez mais se precisa de jovens, de mentes novas, de novos hábitos, porque acima de tudo a sua geração é sem dúvida a geração com mais habilitação e mais preparação de sempre. -----

-----Por último, deixou um comentário que leu nas redes sociais, que evidencia uma política de demagogia pura, que dizia o seguinte: “Os cães ladram e a caravana passa, o Canil nunca foi assunto.” Pois bem mais uma vez graças a este Executivo foi realizado um grande passo para Celorico, uma vez que o Canil, as Piscinas e a captação de empresas sempre foram assuntos, tal como muitos outros projetos foram e serão sempre um assunto para o presente Executivo. Assim sendo, não são meramente palavras, como estavam habituados há alguns anos, porque os cães já ladram no Canil, os Celoricenses já nadam nas Piscinas e o PS continua no sítio que deve e devia ter estado sempre, que é fora do poder. -----

-----O Senhor **Deputado Luís Marques** referiu-se à efeméride do vinte e cinco de abril, como uma celebração simples e bem elucidativa, mostrando que com pouco se faz muito, felicitando todo o Executivo. No entanto, disse que passados quarenta e nove anos após o vinte e cinco de abril é importante refletirem sobre estas celebrações, porque têm que ser mais do que uma rotina, pois foi um marco importante que tem de ser analisado com o antes e o depois. Não se pode cair na demagogia de que tudo o que era antes era ruim e tudo o que veio à posteriori é bom. Para aqueles eleitores que começaram a votar depois do vinte e cinco de abril é preciso recordar que antes desta data havia a censura, uma guerra que dizimou famílias e que exauriu os recursos do País. Não havia meios de comunicação nas localidades e, principalmente, no interior muitas aldeias não tinham luz nem água e os acessos não eram alcatroados. Portanto era um país pobre,

excluído do resto da Europa. Falou, ainda, do vinte e cinco de novembro, porque têm de ter consciência que se não tivesse existido esta data, atualmente não poderiam estar numa pluralidade democrática. O vinte e cinco de abril foi fundamental, mas é preciso lembrar que a normalidade democrática, tal como é entendida em toda a Europa, veio com o vinte e cinco de novembro. De modo que comemorar o vinte e cinco de abril em Celorico da Beira importa lembrar algo que é fundamental para que não seja uma rotina, que é lembrar que o vinte e cinco de abril é sempre um processo inacabado, porque há algo que é fundamental em democracia, que é a educação e o ensino, uma vez que na escola aprende-se a ser e a estar e este Executivo Municipal tem apostado bem na educação. A educação permite cultura, fazer juízos críticos, interpretar e questionar o presente, o que não havia no antes do vinte e cinco de abril. O Executivo está de parabéns pela remodelação que fez no parque escolar, porque aprende-se melhor com bons espaços. Também está de parabéns por inverter a tendência de desertificação de Celorico da Beira, porque o Parque Industrial traz serviços e empresas. Apostou, igualmente, na saúde, uma vez que, finalmente, as Piscinas abriram. Passados quarenta e nove anos do vinte e cinco de abril há algo que o confrange, pois passados quarenta anos que o Serviço Nacional de Saúde foi implementado, passados trinta e oito anos da adesão à União Europeia, passados vinte anos da adesão ao euro, ainda existem, nos grandes centros urbanos muitas pessoas pelas ruas sem uma refeição quente, sem casa, sem assistência médica. Enquanto continuar a existir mais de milhão e meio de portugueses sem médico de família e milhares em lista de espera para cirurgias, o vinte e cinco de abril está muito inconclusivo, pois há uma imensa pobreza encoberta e, por isso, têm de continuar a fazer abril todos os dias. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que a questão da água, referida pelo Senhor Presidente de Junta, Filipe Guerra,

também o preocupa e é evidente que de uma forma mais direta, preocupa os residentes em Vale de Azares. Deu conhecimento que recebeu o *email* que o Senhor Presidente da Junta lhe enviou e comunicou que têm estado a trabalhar com uma preocupação maior sobre a Freguesia de Vale de Azares, dado que foi o local onde se registou o problema com maior gravidade e que ainda não foi totalmente resolvido. Frequentemente, os funcionários da Câmara têm ido de dia e de noite a Vale de Azares, têm calcorreado todo o terreno para tentarem descobrir onde, efetivamente, está o problema, que é estranho, uma vez que não há uma continuidade de gastos de água, o que significa que há oscilações. Reconhece que não têm tido o sucesso que desejavam, mas já se fizeram alguns avanços. Tudo indica que o próximo verão vai ser semelhante ao anterior e, neste momento, já existe um acordo com uma empresa especializada na matéria para fazer uma fiscalização em todo o Concelho, começando por Vale de Azares. Esta é uma questão que tem preocupações futuras e, por isso, estão envolvidos numa Associação de Municípios, precisamente, porque há financiamentos que só são concedidos numa perspetiva intermunicipal. Assim, juntamente, com os Municípios da Guarda, Sabugal e Manteigas estão a trabalhar na criação de uma Associação, que vise os financiamentos necessários, uma vez que uma grande parte do problema passa pelas condutas, pelas canalizações obsoletas em quase todo o Concelho, cujo trabalho é extremamente complexo e dispendioso. Estão, igualmente, a trabalhar para detetar onde estão os desperdícios naturais, fruto das avarias, os desperdícios fruto dos desvios clandestinos, as práticas de consumo de água tanto a nível privado como público, no que toca à rega dos relvados e dos jardins, que obrigam a repensar a sua utilização numa aprendizagem que todos têm de fazer a nível de mudança de hábitos, comportamentos que cada um individualmente e todos em conjunto têm que mudar, correndo o risco de brevemente não haver resposta para um bem essencial para a vida. Para além de todo o trabalho efetuado pelos funcionários do Município e com o trabalho que a empresa

especializada na área irá efetuar, também convocaram uma reunião com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, no sentido de todos juntos e cada um na sua Freguesia, procurarem sensibilizar as pessoas, ver a melhor forma de usar esses recursos, os fontanários públicos ligados à rede e os desperdícios. Portanto, há um trabalho conjunto que cabe a todos fazer, sendo que a responsabilidade maior é da Autarquia.-----

-----Quanto à questão colocada, na qualidade de empresário, disse que não sabe em concreto qual o projeto a que se refere, mas admite que à semelhança de outras situações procuram, sempre que possível, respostas no Concelho, pretendendo que todos sejam contemplados de forma alternada. Recordou que o Senhor Eng.º Filipe Guerra já trabalhou em projetos da Câmara, como o 1º Direito e reconhece que possa ter havido um projeto de dezanove mil euros num gabinete e amanhã possa haver outro noutro gabinete. Por vezes, também, têm de procurar resposta fora do Concelho pela dimensão dos projetos e da celeridade com que é necessário atuar. Nesse sentido, disse que os apoios do Portugal 2030 e do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, irão contribuir para a existência de mais projetos, não se discriminando ninguém.-----

-----Continuou dizendo que, presentemente, há um sinal de vitalidade em Celorico da Beira que não existia há pouco tempo, veem-se pessoas de fora do Concelho e, de facto, há uma vida que não existia. No entanto querem muito mais e isso não passa só por fixar as pessoas, Celorico sempre foi proclamado como um lugar de excelência, com uma centralidade em todo o território e sempre viu passar o progresso ao lado. Depois da aposta nas escolas, em que todo o Parque Escolar foi regenerado, há a questão do Parque Industrial em que vários lotes já foram vendidos e, também, já há uma série de solicitações e projetos para serem analisados, no sentido de verem quais são os de maior interesse para o Concelho. Celorico está num lugar privilegiado de acessibilidades tanto rodoviária como ferroviária.-----

-----No que concerne à intervenção do Senhor Deputado Francisco Cabral disse estar de acordo que o vinte e cinco de abril é um marco

importante da história recente de Portugal, que proporcionou mudanças de vida e foi fundamental para que houvesse uma maior igualdade social.-----

-----Nesse seguimento, agradeceu a todos os que estiveram presentes nas comemorações municipais do vinte e cinco de abril. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Marques, disse estar, igualmente, de acordo, pois o vinte e cinco de abril é um marco referencial para se construir todos os dias, visto que diariamente se veem nuvens muito negras como a guerra, que é um atentado à democracia, existindo o risco de totalitarismos e ditaduras. Neste ponto, também, concorda com o Senhor Deputado Francisco Cabral quando disse que a extrema-direita é uma ameaça, assim como são uma ameaça todas as extremas, sejam de direita ou de esquerda. Portanto, tudo aquilo que é extremismo, fanatismo, fundamentalismo é execrável. Tem que haver a aceitação da diferença desde que não seja colocada em causa a liberdade de cada um. O vinte e cinco de abril deve ser um sinal de esperança e, acima de tudo, têm a responsabilidade de criar condições para que os mais jovens se fixem. Nesse sentido, comunicou que teve conhecimento através do Senhor Secretário de Estado, Dr. Carlos Miguel, que, lamentavelmente, o PEPAL não estava contemplado no Portugal 2030, pois isso iria contribuir para que os recém-licenciados pudessem ser integrados tanto nas Câmaras Municipais, como nos diversos serviços, podendo dar continuidade na atividade que iriam iniciar, o que seria importante para a integração dos jovens. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento que, na sequência da renúncia de mandato por parte da Senhora Deputada Ana Cláudia Rodrigues Marques, vão ter de nomear um elemento suplente para a Comissão Permanente, bem como para a Assembleia Intermunicipal



da CIM das Beiras e Serra da Estrela. Assim, propôs que fosse incluído na Ordem de Trabalhos o seguinte ponto: -----

**-----PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE UM ELEMENTO SUPLENTE PARA A COMISSÃO PERMANENTE, BEM COMO A NOMEAÇÃO DE UM ELEMENTO SUPLENTE PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA, EM SUBSTITUIÇÃO DA DEPUTADA RENUNCIANTE, ficando como ponto oitavo da Ordem de Trabalhos.-----**

**-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão deste assunto, na Ordem do Dia.-----**

-----Passando a Ordem de Trabalhos a ser a seguinte: -----

-----1. **Aprovação da ata da Sessão Ordinária do dia 27/02/2023**-----

-----2. **Resumo do Expediente para Conhecimento da Assembleia**-----

-----3. **Informação Escrita do Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade Municipal, bem como, a situação Financeira do Município**-----

-----4. **Apreciação e votação da Prestação de Contas 2022**-----

-----5. **Apreciação e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e GOP's 2023** - -----

-----6. **Apreciação e votação da Minuta de escritura da cedência do direito de superfície**-----

-----7. **Apreciação e votação da Proposta de Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Celorico da Beira.**-----

-----8. **Proposta de Nomeação de um Elemento Suplente para a Comissão Permanente, bem como a Nomeação de um Elemento Suplente para a Assembleia Intermunicipal da CIM das Beiras e Serra da Estrela, em Substituição da Deputada Renunciante.**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS** -----

-----Foi presente a ata número um, referente à sessão ordinária do dia vinte e sete, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e três, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com quatro abstenções.** -----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Relativamente ao relatório de atividades da Contratação Pública, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** pretendeu saber se o elevador a instalar nos Paços do Concelho já está encaminhado. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que já têm uma empresa a tratar do assunto, uma vez que é a solução mais viável. Ainda ponderaram a construção de uma rampa, mas só daria resposta para o primeiro piso. Sendo assim, o elevador é o mais exequível, dando acesso a todos os pisos.-----

-----**4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à apreciação e aprovação deste Órgão a Prestação de Contas do ano de 2022, aprovado por maioria, em reunião do Executivo, realizada no dia 19/04/2023, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Esteve presente nesta sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para fazer uma breve explanação sobre o assunto, começando por dizer que, de uma forma geral as contas foram favoráveis, com alguns contratempos, nomeadamente a situação da guerra na Ucrânia, que trouxe consequências em termos de inflação, levando ao aumento dos preços.-----

-----Continuou, dizendo, que apesar dos constrangimentos o Município continuou a investir e a cumprir com as suas obrigações junto dos munícipes, estando obrigado a um controlo maior da execução física e financeira dos projetos. Realizaram-se eventos, continuaram com a requalificação da Escola EB2/3 Sacadura Cabral, com a requalificação das

Piscinas Municipais, com a construção do Canil/Gatil e concluíram o novo Edifício de Acesso ao Castelo de Celorico da Beira. -----

-----A nível financeiro, disse que, o ano de dois mil e vinte e dois, à semelhança dos anos anteriores, ficou mais uma vez, marcado pelo excelente desempenho. Continuaram a reduzir o endividamento, a realizar investimentos com boas execuções orçamentais e a apresentar resultados positivos ainda melhores que o ano anterior.-----

-----Por fim, deixou um agradecimento a todos os intervenientes que contribuíram para estes resultados, desde os funcionários até às diversas entidades que se relacionaram com o Município no último ano, acabando nos munícipes, que é para eles que todos os dias se esforçam para prestar os melhores serviços, dentro das capacidades existentes, apesar das adversidades com que se deparam diariamente. -----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico José Tavares, para uma explicação mais técnica sobre o assunto. -----

-----O Técnico começou por dizer que é uma competência da Autarquia gerir os recursos no âmbito das competências que lhe são atribuídas. A prestação de contas é a execução dos orçamentos que são aprovados na Assembleia Municipal. A elaboração destas contas segue os termos dos normativos legais. De seguida, adiantou que a nível financeiro, em comparação com os anos anteriores, o ano de dois mil e vinte e dois foi relativamente positivo, poderia ter sido melhor se não tivesse iniciado a guerra na Ucrânia, que originou repercussões em todo o mundo, nomeadamente o aumento dos custos de energia, a inflação e mais para o fim do ano, o aumento das taxas de juro dos financiamentos, o que vai ter um grande impacto no presente ano.-----

-----Em relação à Prestação de Contas, esclareceu que a mesma é composta por vários documentos, nomeadamente o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Orçamentais e um

conjunto de outros documentos que também fazem parte integrante desta prestação de contas. -----

-----As Demonstrações Financeiras acompanham documentos como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, a Demonstração ao Património Líquido e o anexo às Demonstrações Financeiras. -----

-----Continuou dizendo que, na análise ao Balanço, no que diz respeito aos ativos fixos tangíveis, disse que em dois mil e vinte e dois houve um grande aumento fruto dos investimentos efetuados em obras que valorizaram o património da Autarquia. Também se acrescentou aos ativos do Município um valor de cerca de um milhão e seiscentos e oitenta e seis mil euros, relativos às infraestruturas da renda de concessão com a E-Redes. Ao nível do Ativo, também se previu no balanço os valores a receber das candidaturas que à data de encerramento ainda estavam a decorrer. As restantes rubricas do ativo apresentam valores geralmente estáveis face ao ano anterior, sendo de realçar os aumentos das estimativas de valores de dois mil e vinte e dois a receber em dois mil e vinte e três, bem como o saldo dos depósitos bancários. Também, se refletiu no património a transferência relativa ao terreno e aos edifícios da Escola EB2/3 Sacadura Cabral, cuja titularidade passou para o Município no âmbito da transferência de competências da Educação. -----

-----A nível do passivo, há um aumento em relação ao ano anterior em cerca de um ponto quatro milhões de euros que tem a ver com a integração no património das infraestruturas elétricas cedidas à E-Redes no âmbito do respetivo acordo de concessão. -----

-----Analisando a Demonstração de Resultados de dois mil e vinte e dois, disse que em termos de estrutura de rendimentos e gastos é muito semelhante ao que era em dois mil e vinte e um. Ao nível da despesa nota-se um aumento da despesa com pessoal que está relacionado essencialmente com as transferências de competências. Face ao ano anterior, houve algumas discrepâncias, nomeadamente, aumento das

vendas e prestações de serviços, mas que se justifica, em grande parte, com o fim das isenções no âmbito do COVID-19, em que numa grande parte desse ano isentaram os consumos de água e serviços de saneamento e RSU.-----

-----Prosseguiu, dizendo que, houve um aumento das transferências e subsídios recebidos, não só pela execução das candidaturas, apesar de se ter verificado um corte no FEF, houve também transferências de competências que implicaram um aumento de cerca de meio milhão de euros ao nível da receita com a correspondente despesa. -----

-----A nível de custos com pessoal há também um aumento em cerca de quatrocentos mil euros em relação ao ano anterior que tem a ver, essencialmente, com a assunção do pessoal do Agrupamento de Escolas que passou a integrar o quadro do Município, no âmbito da transferência de competências. Todos estes valores resultam do aumento do resultado líquido face ao ano de dois mil e vinte e um em cerca de duzentos e trinta e oito mil euros. -----

-----Analisando os indicadores financeiros, esclareceu que a situação financeira de uma entidade, também, pode ser medida pela evolução de alguns indicadores financeiros, conhecido, igualmente, por rácios. Estes rácios baseiam-se nos dados das demonstrações financeiras, e permitem fazer uma análise temporal, ou com outras entidades do mesmo sector de atividade. Analisando os rácios, verifica-se uma melhoria nos indicadores de estrutura financeira com aumento da capacidade financeira e redução do endividamento. No que diz respeito à liquidez, o aumento do passivo corrente em dois mil e vinte e dois, afetou estes rácios que determinam a capacidade de solvabilidade do passivo de curto prazo. No entanto, o aumento do passivo está relacionado na sua maior parte com diferimentos que não implicam pagamentos efetivos a curto prazo. Os indicadores de rentabilidade e atividade apresentam valores relativamente estáveis no período analisado. -----

-----No que concerne à dívida total, que está refletida no Balanço, verifica-se uma redução em cerca de seiscentos e noventa e quatro mil euros e há data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois dispunha de uma margem utilizável de endividamento de quinhentos e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta euros e doze cêntimos, sendo este o limite para o Município se endividar. No entanto, apesar da possibilidade de o Município contrair novos financiamentos, o objetivo é prosseguir com a política de redução de dívida. -----

-----De seguida, prosseguiu, esclarecendo que na análise dos fluxos de caixa que representam entradas e saídas de dinheiro ao longo do ano, houve um saldo orçamental bastante superior ao de dois mil e vinte e um. Este saldo foi aquele que foi integrado no orçamento de dois mil e vinte e dois para a aprovação do mapa da demonstração do desempenho orçamental, que é o valor que transita para o ano seguinte, sendo acrescentado ao orçamento e que pode ser gasto em termos de execução que esteja prevista. -----

-----Relativamente às demonstrações orçamentais, são compostas pelas demonstrações do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental, as dívidas por antiguidade de saldo, as alterações orçamentais, os mapas da contratação administrativa e os mapas de transferências e subsídios recebidos. -----

-----No que respeita o orçamento, em dois mil e vinte e dois tiveram um orçamento inicial em cerca de doze milhões de euros que no final ficou em quinze milhões, duzentos e quarenta mil, duzentos e vinte e um euros. Este aumento deve-se, essencialmente, à integração do saldo de gerência de dois mil e vinte e um no valor de um milhão, oitocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta euros e setenta e dois cêntimos, bem como, através da inclusão de novos projetos no orçamento pelo meio de revisões orçamentais. Disse, ainda, que se deve salientar que os orçamentos iniciais são sempre alterados por causa da integração dos saldos de gerência e,

no final do ano, poderão ser ajustados face à real execução dos projetos previstos. -----

-----Sobre as receitas obtidas e despesas pagas, o ano de dois mil e vinte e um apresenta valores relativamente elevados, devido ao facto de nesse ano se terem contratualizado empréstimos, o que pode desvirtuar a comparação face a dois mil e vinte e dois, que foram em cerca de nove milhões de euros, verificando-se que houve um aumento tanto nas receitas como nas despesas. O retomar da atividade do Município, após a fase pandémica e as transferências de competências levou a aumentos, tanto nas receitas como nas despesas. Ao nível das receitas do Orçamento de Estado houve em dois mil e vinte e dois uma redução face a dois mil e vinte e um, porque o mecanismo de solidariedade que está previsto na Lei das Finanças Locais teve um grande corte, que teve a ver com a redução da atividade no país por causa do Covid-19, que depois tem impacto nos cálculos dos valores a distribuir pelos municípios nos anos seguintes. Ao nível de impostos e taxas, verifica-se apenas um aumento residual relativamente ao ano anterior, mas ao nível das taxas cobradas pelo Município houve um grande aumento face a dois mil e vinte e um, sendo que esse aumento verificou-se, essencialmente, nas taxas de loteamentos e obras a empresas de energias renováveis, cuja receita aumentou em cerca de noventa e cinco mil euros. -----

-----Em relação às execuções orçamentais, disse que se pode verificar que em dois mil e vinte e dois, as mesmas mantiveram-se elevadas à semelhança dos anos anteriores, sendo que a ligeira redução na execução das despesas se devem ao facto de no final do ano se terem incluído projetos no orçamento que acabaram por não ter execução em dois mil e vinte e dois, situação que também afetou a execução das receitas de capital, já que os projetos eram financiados. -----

-----De seguida, disse que o equilíbrio orçamental foi cumprido, pois a regra prevê que a receita corrente deve ser superior à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo



prazo. Enquanto este equilíbrio orçamental for cumprido, muito dificilmente o Município poderá vir a aumentar o endividamento. -----

-----No que concerne aos indicadores orçamentais nota-se, a nível da receita, uma redução do peso das receitas correntes nas receitas totais, estando alguns dos indicadores dependentes das receitas de capital um bocado enviesados, devido à contratação de empréstimos em dois mil e vinte e um, notando-se uma certa estabilidade na maior parte dos indicadores orçamentais, com exceção nos indicadores dependentes das receitas e despesas de capital, dado o impacto da contratação dos empréstimos de substituição de dívida. -----

-----Ao nível da despesa, referiu que se constata o efeito da retoma da atividade do Município e das transferências de competências, que consegue, inclusivamente, minimizar o aumento das despesas com pessoal em dois mil e vinte e dois. Em termos de capacidade financeira, os indicadores são na sua generalidade positivos, com aumento das receitas próprias e da capacidade de cobertura pelas receitas. -----

-----Relativamente às despesas com o pessoal, nas execuções dos mapas orçamentais verifica-se um aumento em cerca de trezentos mil euros face ao ano anterior, sendo que o mesmo se deve, essencialmente, às transferências de competências assumidas, que só em dois mil e vinte e dois representaram trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta e um euros e sessenta e nove cêntimos. Disse que, se deve ter em consideração que apesar de terem sido abertos catorze novos procedimentos concursais para contratação de pessoal, a termo certo, no decorrer de dois mil e vinte e dois, os mesmos apenas ficaram concluídos no final do ano, pelo que não tiveram grande impacto nas despesas com pessoal. Deve-se, igualmente, evidenciar que, em dois mil e vinte e dois, houve licenças sem vencimento, aposentações e outras saídas de pessoal, que resultaram numa redução de encargos, e que justifica também a diferença entre o ano em análise e o ano de dois mil e vinte e um. O ano de dois mil e vinte e dois teve um aumento substancial nas despesas,

devido aos fatores anteriormente mencionados. Desde dois mil e dezoito com o descongelamento das carreiras, introdução de novos suplementos e atualizações salariais e as despesas com pessoal têm aumentado apesar da redução do número de funcionários que se tem verificado nos últimos anos. O aumento das despesas com pessoal é expectável, não só pelas atualizações salariais, como pelas novas competências assumidas e novas valências que o Município disponibiliza à população, que carecem muitas vezes de pessoal especializado.-----

-----Por fim, fez menção aos aspetos mais relevantes das contas de dois mil e vinte e dois, que são o aumento dos ativos tangíveis, a contínua redução do endividamento, os resultados positivos e as elevadas taxas de execução orçamental. A dívida total do Município, também, tem em conta outras entidades que fazem parte do grupo Autárquico, como por exemplo a Resiestrela. Os valores constantes no relatório de contas são relativos a entidades que facultaram as contas atempadamente, fazendo-se o cálculo pela respetiva proporção que o Município tem na participação e o endividamento que essas entidades têm, também, conta para o endividamento da Autarquia, ou seja não é endividamento da Autarquia em si, mas para o cálculo do limite da dívida esse valor conta. A grande parte das entidades ainda não forneceu os dados relativos às contas do ano anterior, acabando por o valor apresentado ser provisório. -----

-----Em conclusão disse que as taxas de execução são elevadas, porque os orçamentos têm que ser minimamente realistas. A prestação de contas é garantida com a aprovação do orçamento, ou seja, se o orçamento que é aprovado para o ano seguinte for realista e cumprir com os critérios de equilíbrio orçamental, por si só as contas fazem-se, ou seja, se o orçamento estiver equilibrado, automaticamente as contas do ano seguinte têm que ser positivas.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** disse que no momento em que é apresentada a votação a prestação de

contas do ano dois mil e vinte e dois impõe-se uma reflexão sobre aquilo que foi o mandato do Município ao longo do ano em referência. Feita essa reflexão, constata-se que não há uma estratégia económica para o Município, não há um plano de desenvolvimento económico, nem sequer se encontram vertidos investimentos ou iniciativas que o visem promover. O Senhor Presidente e a bancada parlamentar do PSD, bem podem abrir a voz sufragando que tudo corre bem em Celorico da Beira, quando a realidade o desmente e contraria. As conversas de café, os diálogos de ocasião, as mensagens em grupos de conversação nas redes sociais são um barómetro fidedigno para aferir a satisfação da população sobre o desempenho do Município. A verdade é que há um sentimento de descrença, um voto de conformismo quanto ao rumo descendente a que o Município se encontra, invariavelmente, votado, em que se repetem expressões como “ Não se vê ninguém nas ruas; o comércio está morto; está tudo a emigrar; ninguém quer voltar; mais um que entrou para a Câmara.” Assim, continuou dizendo que no ponto objetivos e estratégias da entidade, constante do relatório em análise, não se vislumbra uma única palavra para salvar ou revitalizar o comércio. Não há um plano de revitalização e promoção do turismo, não se descortina um único parágrafo para o desenvolvimento económico sustentado do Município. Pelo contrário, o que é evidenciado é que a política local do Município tem assentado em dois vértices, que são inaugurações e contratações. Em primeiro lugar, ao longo do ano de dois mil e vinte e dois assistiram a inaugurações de infraestruturas e edifícios apregoados como grandes conquistas da governação local, no entanto, as cerimónias do cortar da fita e do descerrar da placa escondem uma realidade que os mais atentos não ignoram, que são obras com atrasos de vários meses, por vezes anos, anunciadas em plena campanha eleitoral, com datas de inauguração concretas e que se encontram ultrapassadas. Derrapagens orçamentais consideráveis que nem a Covid nem o mais recente conflito armado, panaceia eterna para todos os males, possam justificar. Encargos

duradouros para o Município, em decorrência de contratos de gestão e manutenção de edifícios e contratações de trabalhadores para assegurarem o seu funcionamento. Construções com deficiências estruturais que implicam mais despesa ou obrigam ao encerramento das instalações, como o edifício de acesso ao Castelo, que pouco tempo depois da sua inauguração teve de encerrar, porque chovia mais lá dentro do que na rua. Em segundo lugar, tem sido política deste Executivo Municipal a contratação massiva de novos funcionários para a Autarquia, não deixando de ser curioso constatar que, mais que uma vez na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara tenha criticado os vários Executivos locais do PS pelo número avultado de funcionários da Autarquia. A verdade é que no mandato do Senhor Presidente, mês após mês, é lançado um novo concurso público de contratação de trabalhadores, são celebrados vários contratos de prestação de serviços, é aprovada uma nova alteração orçamental com aumento de gastos com pessoal, é conhecida e comentada a entrada de novos trabalhadores na Autarquia. As promessas eleitorais foram muitas, no entanto questiona se é este o rumo que se pretende para o Município, onde a Câmara Municipal é um dos maiores empregadores. -----

-----As contas apresentadas estão formalmente certas e justificadas, no entanto, questiona qual o rumo de desenvolvimento económico que o Senhor Presidente pretende para o Município. Na verdade pretende saber quando é que se pode assistir à inauguração de empresas, comércio, serviços e indústria em vez de inaugurações de mais edifícios e mais infraestruturas públicas que aumentam os encargos para o presente e para o futuro de todos os munícipes. Quando é que podem felicitá-lo pela criação de novos postos de trabalho em vez de enaltecer o preenchimento de mais lugares nos quadros do Município. Não há, nem pode haver desenvolvimento social e cultural, nem pode haver futuro sem uma economia sólida que o sustente e sobre a taxa de empregabilidade deste

Município não há neste relatório qualquer pensamento, planeamento ou conclusão. -----  
-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Carlos Cunha** começou por felicitar, em nome da bancada do PSD, o Técnico José Tavares e a todos os envolvidos na elaboração da presente prestação de contas, que é um documento que está muito bem elaborado e que traduz a veracidade da posição financeira do Município. Esta mesma posição financeira encontra-se cada vez melhor, porque como é possível analisar ao longo do documento de prestação de contas, existem cada vez mais razões para os Celoricenses confiarem na gestão que o Executivo faz e que tem feito ao longo dos últimos cinco anos, apesar de passarem por períodos mais conturbados, como a pandemia e a guerra da Ucrânia. O Município apresenta um resultado líquido positivo de um milhão, cento e cinco mil, oitocentos e oitenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos, o que perfaz um aumento, relativamente ao ano de dois mil e vinte e um, de duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e nove euros e oitenta e um cêntimos. Analisando os indicadores económico-financeiros pode constatar-se que existe uma melhoria dos mesmos em relação aos anos transatos. Aumentou a capacidade financeira do Município, consequentemente a redução do endividamento. Falando de dívida, esta prestação de contas evidencia que o Executivo conseguiu reduzir em dois mil e vinte e dois o valor de seiscentos e noventa e quatro mil euros, tal como tem sido hábito desde outubro de dois mil e dezassete. O objetivo foi sempre o de alavancar as condições financeiras do Município, diminuindo a dívida herdada do Executivo do PS, que atingiu um patamar de mais de vinte e quatro milhões de euros. Essa mesma dívida colocou o Município num plano de saneamento financeiro, do qual, finalmente, no ano de dois mil e vinte e um, conseguiu sair. -----

-----Terminou, agradecendo ao Executivo por toda a gestão efetuada com rigor e seriedade ao longo dos cinco anos de mandato. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que a intervenção do Senhor Deputado José Miguel Figueiredo foi um pouco retórica, pois por instantes pensou que o discurso era relativo à governação do PS a nível nacional, que tem feito muitas promessas, mas depois não se vê obra. Lamenta que o País seja falado por razões de corrupção, do boato, por mais uma indemnização, a TAP que é um lamaçal e que é um espelho da governação do País. Tem em consideração as conversas de café em Lisboa, onde se fala da vida de Celorico da Beira, o que é significativo e fica satisfeito que Celorico esteja a ganhar dimensão e importância. Bem como nas redes sociais, nos perfis falsos que são fidedignos e que têm de respeitar, porque são a referência do que é credível. Têm visto quotidianamente os Autarcas fazerem mais obra com menos recursos e os desperdícios, as indemnizações milionárias a que se tem assistido no País não são exemplo para ninguém. Assim sendo, de certeza que lhe têm chegado imagens deturpadas de Celorico da Beira ou tem sido mal informado.-----

-----Relativamente às obras atrasadas, com certeza que não está a falar das obras do Estado, que são da responsabilidade do poder central. Reconhece que tem havido algum atraso, no entanto fica satisfeito que as mesmas possam ir decorrendo, uma vez que, infelizmente, há por aí muitas obras em lista de espera que não têm quem as possa iniciar, porque não há empresas, nem recursos humanos ou porque estão à espera de uma aprovação do Tribunal de Contas. No caso de Celorico da Beira, quando este quadro comunitário chegar ao fim terão uma execução de praticamente cem por cento, o que significa que têm feito o trabalho com os recursos que têm ao alcance. É verdade que as obras atrasam, contudo no caso da Piscina é muito menos, do que o atraso de doze anos que teve antes de este Executivo ter chegado ao poder. Portanto, significa que em menos tempo fizeram um trabalho muito mais rápido do que o Executivo anterior. Todo este processo implica que se façam projetos, que

se procure financiamento, que se adjudiquem as obras e que depois se realizem. Admite que nalgumas obras haja alguma falha do Município a nível de questões técnicas, mas, sobretudo, estes atrasos, na sua maioria, são da responsabilidade das empresas encarregues pelas obras a decorrer e isto acontece em todo o País.-----

-----Quanto às derrapagens orçamentais, disse que a realidade é que está determinado pela própria Lei, fruto da inflação e do crescimento de preços, que os empreiteiros têm direito a doze por cento, para além do preço adjudicado. A título de exemplo, na obra da Escola Sacadura Cabral, no valor de duzentos milhões de euros, são obrigados a pagar um acréscimo de aproximadamente duzentos mil euros. Portanto, isso não é derrapagem é a própria Lei que impõe esse pagamento que, na verdade, é uma injustiça, porque as Câmaras continuam a receber menos verbas relativamente ao FEF. As Autarquias, que são quem mais trabalha e investe os dinheiros públicos, acabam por se ver privadas daquilo a que legitimamente tinham direito. -----

-----Em relação aos edifícios com deficiências estruturais confirmou que, de facto, houve um problema com o edifício das Casas de Acesso ao Castelo. Já iniciaram a reparação com a alteração de materiais, o que acarreta algum custo suplementar. Gostavam que estas situações não acontecessem, mas sucedem com frequência em todos os lugares. Portanto, houve algumas infiltrações no referido edifício, mas estão a trabalhar para normalizar a situação.-----

-----Quanto ao rumo do desenvolvimento do Concelho disse que, o Senhor Deputado devia fazer um exercício de memória, voltar alguns anos atrás e constatar que havia uma pseudo zona industrial, onde vários empresários pretendiam investir, no entanto, a terraplanagem dos lotes ficaria muito dispendiosa. Em tempo recorde a Câmara conseguiu, junto da CCDRC, um financiamento para intervir no local e torná-lo atrativo e exequível para as empresas se instalarem. Daqui a algum tempo terão que pensar em ampliar aquele espaço, porque será insuficiente, face à procura.

-----Sobre a questão da Câmara ser a maior empregadora do Concelho, implicando mais despesa, disse que na verdade a Autarquia em cinco anos conseguiu diminuir a dívida praticamente para metade, contrariando o propósito dessa afirmação. Têm executado cem por cento do que pretendiam fazer, tendo gasto milhões de fundos europeus com a devida participação que cabe à Câmara. Têm atribuído verbas para as Juntas de Freguesia, concedendo pela primeira vez uma verba que anteriormente não existia. A Autarquia está numa situação financeira estável, tem mais gente porque se assumiu a transferência de competências da Escola e esses trabalhadores entram para o rácio. Neste momento, há um défice de pessoal na Câmara tendo em conta que, cada vez mais, tem um papel alargado no Concelho a todos os níveis, dado que a população é cada vez mais envelhecida com várias carências, sendo o Município a prestar serviços ao nível da saúde, do lazer, da educação, do desporto, entre outras valências. -----

-----Deu conhecimento que, no dia seguinte, será inaugurada a nova luz elétrica do Estádio Municipal que foi comparticipada a cinquenta por cento por fundos e os restantes cinquenta por cento pela Câmara Municipal. Disse que, estão sempre disponíveis para apoiar o Desporto, a Cultura, os mais idosos, as Associações, com cada vez menos dívida e dessa forma não sabe como comparar tudo isto com outras realidades que os antecederam. Há menos funcionários do que há cinco anos atrás, o fluxo de saídas implica a entrada de pessoas necessárias, nomeadamente, para a limpeza urbana, para os jardins, para as obras, sobretudo em termos de apoio social, cuja solicitação é cada vez maior. Precisam de pessoas que façam o serviço e existe uma dificuldade em encontrar recursos humanos, porque se vive muito na subsidiodependência, em que muitos vivem destes expedientes podendo trabalhar e não trabalham. Nesse sentido, terá de ser repensada toda a estrutura social existente. Portanto, têm de rever as condições de justiça social, dar, realmente, a quem precisa e não alimentar vitórias eleitorais. A meritocracia devia estar em primeiro lugar, porque



qualquer dia, ao darem a todos por igual, aqueles que trabalham deixam de trabalhar. -----

-----Relativamente à estratégia comercial, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que considera esse assunto muito delicado, principalmente no interior desertificado. Ainda assim, o Município não está alheio a esse problema. No final do ano transato foi estabelecido um protocolo com o NERGA – Núcleo Empresarial da Região da Guarda, no sentido de poderem ajudar em como intervir no comércio local. Há um programa que está em curso e já foram realizadas algumas ações, os comerciantes já foram convocados por três vezes, sendo que a primeira foi no dia de Reis, em que compareceram no Centro Cultural e, também, já ocorreram duas sessões no Salão Nobre dos Paços do Município com a ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional. Proximamente irão ter uma ação com o ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho. Isto é uma forma de colaborar, elucidar, prevenir e promover sobre programas que vão surgindo para que possam candidatar-se. Houve o programa Transformar Comércio, na sequência da fustigação dos incêndios na zona da Serra da Estrela, em que alguns dos Concelhos foram abrangidos, sendo Celorico da Beira um deles. Podem congratular-se com a aprovação de dezassete candidaturas, em que se o Município não tivesse intervindo junto dos comerciantes não existiriam tantas aprovações. Contudo, poderia haver mais aprovações se o programa incluísse outro tipo de comerciantes, como os que têm a contabilidade simplificada e outro tipo de CAE, porque infelizmente na Aldeia de Linhares da Beira, que foi a mais fustigada com os incêndios, nenhum dos comerciantes pôde candidatar-se a este programa. Portanto, há sempre algo a melhorar, porque muitas vezes o poder central não analisa corretamente estas situações. Pretendem, igualmente, que os comerciantes venham a ter alguma formação com a ajuda do Município, da Associação Empresarial da Guarda e da Associação Empresarial de

Celorico da Beira, porque não é fácil dar a cara pelos comerciantes, nem ir às lojas e ouvi-los. Por isso o comércio está dependente de todos. -----

-----Por fim, referiu que as inaugurações são um sinal de que as obras foram concluídas e irão estar disponíveis para os cidadãos.-----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2022 a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar os mesmos, por maioria, com vinte e dois votos a favor e onze abstenções.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2023**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2023, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que começou por referir que esta Revisão tem por objetivo a necessidade de fazer alguns ajustes, sobretudo no âmbito do programa 1º Direito em que há uma transferência de cem mil euros. Assim como, também, teve de se orçamentar uma verba para darem andamento à obra de requalificação do edifício da antiga escola profissional, quando for possível. Tal como, houve igualmente, a necessidade de reforçar a rubrica da requalificação da Escola EB2/3 Sacadura Cabral. -----

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico, José Tavares, para um esclarecimento mais técnico. -----

-----O Técnico esclareceu que esta revisão tem como objetivo principal integrar no PPI do orçamento de dois mil e vinte e três um projeto relativo à construção de habitação social no Bairro de Santa Luzia, no âmbito do programa 1º Direito, que é financiado a cem por cento através do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e pelo que já teve conhecimento, a construção não será no Bairro de St.<sup>a</sup> Luzia, contudo em termos de valores nada se altera. Também se reforçou a rubrica do PPI relativa à requalificação do edifício da antiga escola profissional, no âmbito de um contrato programa a celebrar com a CCDRC/DGAL, que prevê um financiamento de sessenta por cento, estando esta candidatura a aguardar aprovação, sendo que uma das exigências é a previsão do projeto no PPI pelos valores acordados. -----

-----Aproveitou-se, também, para reforçar a rubrica da Requalificação da Escola EB2/3 Sacadura Cabral, atendendo a um pedido de pagamento no valor de cento e quarenta mil, duzentos e noventa e sete euros e vinte e cinco cêntimos, correspondente à receita adicional alusiva ao último pedido de pagamento de dois mil e vinte e dois, que apenas foi recebido em dois mil e vinte e três. -----

-----O Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** disse que dado que está previsto um reforço para a antiga Escola Profissional, pretendeu saber se vai arrancar o projeto que foi apregoado durante o período da campanha eleitoral, nas últimas eleições Autárquicas e que contemplava a criação de uma Escola Profissional. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que houve a pretensão de abrir naquele edifício uma Escola Profissional, em que apesar das dificuldades conjunturais e estruturais, nomeadamente a falta de jovens e a concorrência existente, estabeleceram um protocolo com o Instituto Piaget. Contudo, depararam-se com uma situação inesperada, em que quando o processo foi submetido à DGEST – Direção-

Geral dos Estabelecimentos Escolares, o projeto foi reprovado, porque as salas não têm a dimensão exigida por Lei, o que significa que aquela estrutura teria que ser toda intervencionada. Nada que não seja possível fazer, mas de alguma maneira foi ali encontrada uma dificuldade, porque as salas com uma pequena intervenção estariam prontas para o efeito pretendido e deixaram de estar. Tem havido muitas solicitações para aquele espaço que continua a ter um enorme potencial, não só para uma escola profissional, que seria ótimo e desejável. Mas, também, têm tido solicitações do IPG – Instituto Politécnico da Guarda, no sentido de desenvolver alguns cursos, assim como, também, têm sido solicitados pelas Finanças e pela Segurança Social, porque aquele é um espaço que pode ser multifuncional. Neste momento, o primeiro passo a dar é a reabilitação do edifício, atribuindo-lhe condições de utilização. -----

-----Por fim, disse não ter a certeza se irá reabrir naquele espaço uma Escola Profissional, pois não pode afirmar se o conseguem ou não. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares** pretendeu ser esclarecido relativamente à situação do 1º Direito, uma vez que agora tem uma nova zona hipotética para a construção de habitação social. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que há duas fases no 1º Direito, sendo que uma é a resposta social para aquelas famílias que reúnem as condições de mais carenciadas e depois, uma fase posterior que é a edificação de alguns apartamentos. -----

-----De seguida, passou a palavra para a Senhora Vereadora Teresa Cardoso para prestar alguns esclarecimentos. -----

-----Relativamente ao projeto 1.º Direito, a Senhora **Vereadora Teresa Cardoso** esclareceu que há duas situações distintas. Deram início à situação que tem a ver com os beneficiários diretos, em que têm estado a

acompanhar a elaboração das candidaturas. Inicialmente apresentaram dezassete candidaturas, sendo o cômputo geral sessenta e cinco, e tem sido extremamente difícil reunir toda a documentação respeitante a essas candidaturas. São pessoas com um grau de bastante dificuldade e têm estado sistematicamente a sanar várias deficiências que lhes vão sendo alertadas por parte do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, que é a entidade que está a rececionar as candidaturas. Têm tentado responder a todas as solicitações colocadas. Outra vertente incluída no 1º Direito, tem a ver com a parte do Município como promotor da habitação social. Esse projeto tinha um acordo inicial com a Autarquia, no sentido de ser atribuída uma verba com base na estratégia local de habitação feita pelo Município, em que na altura foi atribuída a verba em função do número de fogos que acharam que eram as carências que tinham que suprir e o que estava previsto eram dezasseis fogos. Mediante isso foi atribuída uma verba, porque o 1º Direito estipula um montante por metro quadrado, uma vez que estão a falar de habitação acessível. Neste momento a verba foi reforçada e está com mil e cem euros por metro quadrado relativamente à habitação social. Com base nesse acordo estão a dar continuidade ao processo da candidatura do Município como promotor e, no momento, estão a fazer o processo de contratação relativamente à elaboração do projeto de arquitetura. Inicialmente estava previsto fazer-se a habitação social no Bairro de Santa Luzia, mas depararam-se com alguns problemas em termos de PDM – Plano Diretor Municipal que impediram de fazer a implantação do edifício como pretendiam. Agora têm uma alternativa que está a ser estudada, que é no Bairro do Picoto, e estão em fase de negociação relativamente à aquisição do terreno. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor e dez abstenções, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2023.**-----

-----  
-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----  
-----

-----**6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE ESCRITURA DA CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a Minuta de Escritura da Cedência do Direito de Superfície entre o Município de Celorico da Beira e a Associação de Futebol da Guarda, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que este assunto tem a ver com o projeto de implantação de uma Academia de Futebol Distrital e há algumas formalidades que têm de ser ultrapassadas em termos de protocolos de cedência.-----

-----De seguida, passou a palavra ao Senhor Vereador José Alfredo para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----O Senhor **Vereador José Alfredo** esclareceu que é necessário formalizar a cedência de um terreno, que já estava previsto, para a Associação de Futebol da Guarda para ser criada a Academia de Futebol. Neste momento, a Associação pretende iniciar os trabalhos o mais breve possível, desde que seja aprovada a candidatura que foi submetida à Federação Portuguesa de Futebol. Disse que tem conhecimento que já está em fase de concurso a adjudicação de um sintético, porque o que vai ser feito numa primeira fase é aproveitar o espaço do campo de futebol pelado, para se instalar um campo de futebol com piso sintético, uma requalificação e ampliação do edifício para aumentar o número de balneários, criar uma sala técnica, uma sala de formação, um ginásio e ainda a construção de duas bancadas com cerca de trinta e um lugares

cada uma, em que uma delas é coberta. Numa fase posterior, serão feitas outras requalificações daquele espaço e para que tudo isso tenha resultados positivos é necessário formalizar a cedência que já estava deliberada e a aprovação da presente minuta para a realização da escritura. -----

-----Usou da palavra a Senhora **Deputada Alexandra Sena** para manifestar o sentido de voto do grupo parlamentar do PS neste ponto, que será a abstenção. -----

-----Prosseguiu dizendo que em dezanove de junho de dois mil e vinte foi trazida a esta Assembleia Municipal uma proposta de cedência de terreno, sito na Quinta dos Ramos, em Celorico da Beira, com vista à construção de um empreendimento composto por hotel e campo de golfe, pela empresa C.A Antunes Hotel & Resorts Unipessoal Lda. Essa proposta contou com a abstenção do grupo parlamentar do PS na altura por motivos que constam em ata que passou a citar: “Pedindo a palavra o Senhor Deputado Albino Bárbara disse que, relativamente ao assunto em questão, o grupo parlamentar do PS não é contra o investimento no Concelho. No entanto, existem algumas dúvidas, uma vez que a sociedade C. A. Antunes – Hotel & Resorts, Unipessoal, Lda. foi constituída apenas em dezembro de dois mil e dezanove, para além de que o projeto já foi apresentado em Figueira de Castelo Rodrigo tendo sido recusado. Por estas razões há que aprofundar mais a credibilidade desta empresa.” -----

-----Prosseguiu, dizendo que ficou claro na altura que o grupo parlamentar do PS jamais se opõe ao desenvolvimento de Celorico da Beira e a abertura de novas portas ao Concelho seja de que nível for. Desta feita, deixam claro que o sentido de voto em nada volta a ser por querer colocar um entrave ao progresso e desenvolvimento de Celorico, mas sim, porque lhes parece pouco explícita a proposta de cedência de um terreno para o qual já existiu uma cedência há dois anos atrás ou pelo menos aprovada essa cedência em Assembleia Municipal. Assim,

pretendem esclarecimentos quanto a esse investimento não realizado e se estão perante o mesmo espaço e artigo matricial. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** clarificou que há três anos deslocaram-se a Lisboa com o pretense investidor que queria construir um hotel e chegaram a reunir com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, bem como, também, estiveram no Turismo de Portugal. Obviamente que sempre que apareça um investidor com um projeto que possa ser útil para o Concelho estarão sempre empenhados em acompanhar, ajudar e contribuir de alguma maneira para que esse projeto se concretize. O investidor em causa teve o projeto aprovado no Turismo de Portugal, que inicialmente rondava os cinco ou seis milhões de euros, depois na altura do Covid o investidor foi para o Brasil. Posteriormente, a Câmara ainda tentou contactar o arquiteto responsável pelo projeto, mas contrariando a vontade do Executivo o projeto não avançou como, infelizmente, acontece com frequência. O que seria condenável era que fossem acusados de não colaborarem para que o Hotel se concretizasse. Lamentavelmente foi um projeto gorado, apesar da colaboração da Câmara. Obviamente que estas situações estão devidamente regulamentadas e os interesses do Concelho estão assegurados, bem como o património municipal e, naturalmente, que aquilo que se cede é para um determinado fim e projeto. Se o projeto avançar, o terreno é cedido pelo tempo em que essa atividade decorra, se o projeto não for bem-sucedido, a Autarquia não perde nada em termos de património, pois continua a ser da Câmara. -----

-----Concluindo, disse que o projeto do hotel, que seria uma mais-valia para o Concelho, não foi bem-sucedido, mas a culpa não foi da Câmara. O terreno onde era suposto fazer a implantação do hotel é do próprio investidor. Relativamente aos terrenos da Câmara os artigos são os mesmos e se o projeto for mal sucedido o processo de reversão está assegurado. -----



-----Relativamente a este ponto, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares** disse que considera uma ideia fantástica para Celorico, no entanto, subsiste-lhe uma dúvida que é saber a que é que Celorico vai ter direito naquele espaço. Com o défice de campos de futebol, com que o Clube Celoricense se depara, pois, neste momento, já há equipas a jogar no campo da Ratoeira, sem as condições que atualmente se exigem para a prática desportiva do futebol, pretende saber se o Sporting Celoricense fica com menos um campo para a prática desportiva. Pretende, igualmente, saber se quando a Academia de Futebol entrar em funcionamento, o Celoricense passa a ter direito a usufruir desse espaço, bem como se os campos de ténis que estão na envolvente do complexo desportivo fazem parte do mesmo limite da Academia de Futebol e se a partir daí os Celoricenses vão deixar ou não de usufruir desse espaço. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que a questão é legítima, mas não se perde, ganha-se um campo, até porque já há muitos anos que o Estádio de Celorico tem sido solicitado pela Associação de Futebol, tendo em conta a centralidade de Celorico. Neste momento, o que se constata é que se chega a uma fase do ano em que o relvado do campo está praticamente desfeito, até porque atualmente é obrigatório no campeonato da primeira divisão distrital que o campo tem de ser relvado ou sintético. Celorico tem o privilégio de ter um campo relvado que é manifestamente insuficiente para consumo interno e menos, ainda, para consumo interno e externo, com a agravante que todos querem jogar no campo relvado, o que é impossível e, por isso, algumas equipas têm jogado no campo da Ratoeira. O campo pelado não tem sido utilizado e este protocolo vai estabelecer que estes campos sejam utilizados esporadicamente, porque as seleções não jogam cá diariamente, prevalecendo a prática desportiva dos clubes e não da seleção.

Obviamente que o sintético é uma alternativa muito importante, precisamente para salvaguardar o relvado do campo municipal. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e oito abstenções, aprovar a Minuta de Escritura da Cedência do Direito de Superfície entre o Município de Celorico da Beira e a Associação de Futebol da Guarda.--**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----*

-----**7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a Proposta de Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Celorico da Beira, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que, como qualquer infraestrutura, as Piscinas Municipais têm de ter um regulamento, até porque querem que a utilização seja cada vez maior para um máximo possível de potenciais praticantes tanto de natação, como do ginásio. -----

-----De seguida passou a palavra ao Senhor Vereador José Alfredo para prestar alguns esclarecimentos. -----

-----O Senhor **Vereador José Alfredo** clarificou que todos os espaços que recebem público têm de ter um regulamento e como não podia deixar de ser as Piscinas Municipais têm de ter um regulamento aprovado e atualizado. O que está em questão é submeter o regulamento para aprovação de acordo com as novas infraestruturas, pois neste momento o

espaço não tem apenas piscina, tem, também, o ginásio e uma sala de grupo. Acrescentou que, no momento, já estão algumas turmas de hidroginástica a funcionar e muito brevemente o horário do ginásio irá ser alargado, porque irão ter mais dois técnicos de desporto disponíveis. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** acrescentou que quanto mais serviços têm para oferecer à comunidade, maior é a necessidade de funcionários, sobretudo em lugares com uma especificidade como é o caso da Piscina. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**8. PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE UM ELEMENTO SUPLENTE PARA A COMISSÃO PERMANENTE, BEM COMO A NOMEAÇÃO DE UM ELEMENTO SUPLENTE PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA, EM SUBSTITUIÇÃO DA DEPUTADA RENUNCIANTE** -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa** disse que, na sequência da renúncia de mandato por parte da Senhora Deputada Ana Cláudia Rodrigues Marques, há necessidade de se nomear um elemento suplente para a Comissão Permanente, bem como, um elemento suplente para a Assembleia Intermunicipal da CIM das Beiras e Serra da Estrela. -----

-----A Senhora **Deputada Alexandra Sena**, em nome da bancada do PS, indicou a Senhora Deputada Isabel Maria Moura Seixo Cunha, para substituir a Deputada renunciante, como suplente na Comissão Permanente.-----

-----Indicou, ainda, o Senhor Deputado Francisco José Pereira Marques Cabral, para substituir a Deputada renunciante, como suplente na Assembleia Intermunicipal da CIM das Beiras e Serra da Estrela. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

----- A Presidente da Mesa -----

----- O Primeiro Secretário -----

----- O Segundo Secretário -----